

Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 2017

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	22.228.431,29	23.463.280,47	23.674.053,81	210.773,34
Receita Tributária	1.236.614,92	1.236.614,92	1.489.844,81	253.229,89
Receita de Contribuições	2.890.275,00	2.890.275,00	2.737.204,52	-153.070,48
Receita Patrimonial	1.387.705,00	1.392.428,62	2.175.511,77	783.083,15
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	36.388,00	36.388,00	79.871,50	43.483,50
Transferências Correntes	16.468.065,37	17.655.374,93	16.770.115,25	-885.259,68
Outras Receitas Correntes	209.383,00	252.199,00	421.505,96	169.306,96
Receitas de Capital (II)	0,00	918.500,51	810.065,25	-108.435,26
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	221.150,00	284.180,00	63.030,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	693.350,00	447.500,00	-245.850,00
Outras Receitas de Capital	0,00	4.000,51	78.385,25	74.384,74
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	22.228.431,29	24.381.780,98	24.484.119,06	102.338,08
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	22.228.431,29	24.381.780,98	24.484.119,06	102.338,08
Deficit (VI)			0,00	
TOTAL (VII) = (V+VI)	22.228.431,29	24.381.780,98	24.484.119,06	102.338,08
Saldos de Exercícios Anteriores		0,00	1.945.627,45	
(Utilizados Para Créditos Adicionais)				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores				
Superavit Financeiro			1.945.616,36	
Reabertura de Créditos Adicionais			11,09	

Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 2017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)	19.550.669,29	22.397.512,89	21.351.975,41	21.316.890,15	21.272.885,91	1.045.537,48
Pessoal e Encargos Sociais	14.316.678,00	14.125.219,65	13.690.959,62	13.690.959,62	13.690.959,62	434.260,03
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.233.991,29	8.272.293,24	7.661.015,79	7.625.930,53	7.581.926,29	611.277,45
Despesas de Capital (IX)	745.760,00	2.395.314,42	2.144.496,43	2.106.660,43	1.835.620,43	250.817,99
Investimentos	615.760,00	2.271.840,42	2.021.022,67	1.983.186,67	1.712.146,67	250.817,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações da Dívida	130.000,00	123.474,00	123.473,76	123.473,76	123.473,76	0,24
Reserva de Contingência (X)	195.026,00	11.805,12				
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII+IX+X)	20.491.455,29	24.804.632,43	23.496.471,84	23.423.550,58	23.108.506,34	1.296.355,47
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária						0,00
Outras Dívidas						0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária						0,00
Outras Dívidas						0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+XII)	20.491.455,29	24.804.632,43	23.496.471,84	23.423.550,58	23.108.506,34	1.296.355,47
Superavit (XIV)			987.647,22			
TOTAL (XV) = (XIII+XIV)	20.491.455,29	24.804.632,43	24.484.119,06	23.423.550,58	23.108.506,34	1.296.355,47
Reserva do RPPS	1.736.976,00	1.522.776,00				

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Exercício: 2017

	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	0,00	51.438,19	32.589,85	32.589,85	18.848,34	0,00
Pessoal e Encargos Sociais						0,00
Juros e Encargos da Dívida						0,00
Outras Despesas Correntes		51.438,19	32.589,85	32.589,85	18.848,34	0,00
Despesas de Capital	0,00	657.052,52	473.457,96	470.087,04	773,57	186.191,91
Investimentos		657.052,52	473.457,96	470.087,04	773,57	186.191,91
Inversões Financeiras						0,00
Amortização da Dívida						0,00
TOTAL	0,00	708.490,71	506.047,81	502.676,89	19.621,91	186.191,91

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Exercício: 2017

	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes	13.333,40	13.726,69	11.540,05	728,14	14.791,90
Pessoal e Encargos Sociais	4.982,39				4.982,39
Juros e Encargos da Dívida					0,00
Outras Despesas Correntes	8.351,01	13.726,69	11.540,05	728,14	9.809,51
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos					0,00
Inversões Financeiras					0,00
Amortização da Dívida					0,00
TOTAL	13.333,40	13.726,69	11.540,05	728,14	14.791,90

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

BALANÇO FINANCEIRO

Exercício: 2017

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)		22.506.156,42	23.962.635,72
Ordinária		10.939.186,40	10.305.744,18
Vinculada		11.566.970,02	13.656.891,54
Recursos Vinculados à Educação		4.468.316,58	4.114.906,62
Recursos Vinculados à Saúde		4.080.559,26	3.875.378,12
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS		2.484.571,53	4.983.635,50
Recursos Vinculados à Assistência Social		175.076,03	170.298,41
Outras Destinações de Recursos		358.446,62	512.672,89
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		2.752.836,94	2.712.599,47
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		72.921,26	708.490,71
Inscrição de Restos a Pagar Processados		315.044,24	13.726,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.344.521,39	1.990.382,07
Outros Recebimentos Extraorçamentários		20.350,05	
Saldo do Exercício Anterior (IV)		17.904.151,31	13.519.156,39
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.861.963,89	1.498.422,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		722,27	0,00
Investimentos do RPPS		15.041.465,15	12.020.733,74
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)		43.163.144,67	40.194.391,58

DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		21.518.509,20	20.143.873,04
Ordinária		8.739.876,89	8.307.660,15
Vinculada		12.778.632,31	11.836.212,89
Recursos Vinculados à Educação		4.867.898,42	4.273.844,48
Recursos Vinculados à Saúde		5.377.325,37	4.580.375,06
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS		2.165.939,45	1.962.904,09
Recursos Vinculados à Assistência Social		115.276,69	132.658,05
Outras Destinações de Recursos		252.192,38	886.431,21
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		2.881.042,09	2.146.367,23
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		502.676,89	155.985,16
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		11.540,05	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.344.521,39	1.990.382,07
Outros Pagamentos Extraorçamentários		22.303,76	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		18.763.590,89	17.904.151,31
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.465.708,75	2.861.963,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.822,27	722,27
Investimentos do RPPS		17.296.059,87	15.041.465,15
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)		43.163.142,18	40.194.391,58

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

DETALHAMENTO DAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR FONTE

Exercício: 2017

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária	Deduções	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções	Saldo
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d)	(e)	(f) = (d-e)
Ordinária	11.045.993,48	106.807,08	10.939.186,40	10.355.149,78	49.405,60	10.305.744,18
Vinculada	14.785.464,91	3.218.494,89	11.566.970,02	16.630.700,76	2.973.509,22	13.657.191,54
Recursos Vinculados à Educação	7.393.929,90	2.925.613,32	4.468.316,58	6.955.224,29	2.840.317,67	4.114.906,62
Recursos Vinculados à Saúde	4.100.027,92	19.468,66	4.080.559,26	3.876.682,57	1.304,45	3.875.378,12
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	2.757.984,44	273.412,91	2.484.571,53	5.115.522,60	131.887,10	4.983.635,50
Recursos Vinculados à Assistência Social	175.076,03	0,00	175.076,03	170.298,41	0,00	170.298,41
Outras Destinações de Recursos	358.446,62	0,00	358.446,62	512.972,89	0,00	512.972,89
TOTAL	25.831.458,39	3.325.301,97	22.506.156,42	26.985.850,54	3.022.914,82	23.962.935,72

Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	Exercício: 2017 Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.465.708,75	2.861.963,89
Créditos a Curto Prazo		238.621,11	342.274,51
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		17.296.059,87	15.041.465,15
Estoques		2.932.281,34	2.647.536,99
VPD Pagas Antecipadamente		66.172,92	64.501,95
Total do Ativo Circulante		21.998.843,99	20.957.742,49
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo		272.661,31	2.518.670,31
Créditos a Longo Prazo		272.661,31	2.518.670,31
Investimentos Temporários a Longo Prazo			
Estoques			
VPD Pagas Antecipadamente			
Investimentos Imobilizado		134.479,49	76.078,50
Intangível		15.161.810,87	14.148.553,72
Total do Ativo Não Circulante		15.568.951,67	16.743.302,53
TOTAL DO ATIVO		37.567.795,66	37.701.045,02
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		292.795,07	858.720,39
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		333.207,06	27.060,09
Obrigações Fiscais a Curto Prazo			
Obrigações de Repartições a Outros Entes			
Provisões a Curto Prazo			
Demais Obrigações a Curto Prazo			116.124,24
Total do Passivo Circulante		626.002,13	1.001.904,72
Passivo Não Circulante			
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		11.615,37	2.138.471,07
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo		16.429.712,10	12.020.733,72
Demais Obrigações a Longo Prazo		7.107,28	
Resultado Diferido			
Total do Passivo Não Circulante		16.448.434,75	14.159.204,79

Patrimônio Líquido

Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-98.264,67	-98.264,67
Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	21.719.097,35	22.638.200,18
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	21.620.832,68	22.539.935,51
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.695.269,56	37.701.045,02

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício: 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	18.763.595,96	17.904.151,31
Ativo Permanente	18.804.199,70	19.796.893,71
Total do Ativo	37.567.795,66	37.701.045,02
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	588.949,31	735.550,80
Passivo Permanente	16.741.229,82	15.134.049,42
Total do Passivo	17.330.179,13	15.869.600,22
Saldo Patrimonial (III) = (I-II)	20.237.616,53	21.831.444,80

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
(Lei nº 4.320/1964)

Exercício: 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		
Direitos Contratuais		
Outros Atos Potenciais Ativos	18.949.777,98	20.418.080,03
Total dos Atos Potenciais Ativos	18.949.777,98	20.418.080,03
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas		
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	28.177,20	23.721,20
Obrigações Contratuais	3.832.435,46	3.036.991,28
Outros Atos Potenciais Passivos	11.615,37	
Total dos Atos Potenciais Passivos	3.872.228,03	3.060.712,48

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
(Lei nº 4.320/1964)

	Exercício:	2017
FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
1 LIVRE	51.341,35	1.297.759,42
20 MDE	0,00	0,00
31 FUNDEB	72.172,65	41.636,55
50 RPPS	17.291.077,48	15.036.482,76
1001 PNAE FUNDAMENTAL FF	0,00	5.864,08
1005 TAXAS E MULTAS AMBIENTAIS - LEI 2378/12	20.225,74	12.848,73
1009 PROGRAMA PASSE LIVRE FE	0,00	5.811,20
1010 ALIENACAO DE BENS MOVEIS ART. 44 LC101/2000	63.042,09	0,00
1017 CONVENIO TRANSPORTE ESCOLAR FE	0,00	21.874,50
1020 PISO BASICO VARIAVEL II - PBT SUAS FF	0,00	1.800,00
1021 PBV-SCFV-SV CONVIVENCIA FORTALEC VINCULOS FF	48.679,22	30.047,80
1022 REFORMA E AMPLIACAO DA QUADRA DA PRACA JOAO SAFFI	-103.413,74	-111.768,84
1023 TRATOR AGRICOLA CONV 809884/2014 FF	0,00	468,41
1024 REVITALIZ. DA PRACA JOAO SAFFI CONV 789192/2013 FF	9.964,76	5.957,93
1027 AP REDE CNEAS FNAS FF	0,00	50,00
1031 PNAE CRECHE FF	0,00	2.534,10
1033 PNAE PRE-ESCOLA FF	0,00	1.375,86
1036 PDDE/FNDE FF	0,00	630,65
1038 CADASTRO DE PROGRAMAS SOCIAIS/MDS - IGD-FF	14.632,81	18.835,81
1039 PAVIMENTACAO - EMENDA PARLAMENTAR - ESQ. BUDEL FF	24.470,61	14.737,96
1050 IR DOACAO	10.894,20	1.330,77
1059 PNAE EJA FF	2.167,58	2.209,00
1064 PAIF - PROGRAMA DE ATENCAO INTEGRAL A FAMILIA FF	54.849,23	13.258,35
1065 VENDA DE LOTES PARA PROJ. MINHA CASA MINHA VIDA	11.075,93	10.380,62
1067 IGD-SUAS FF	16.718,78	9.624,74
1070 PNAE MAIS EDUCACAO FF	0,00	39.421,19
1071 PNAE AEE	2.805,97	2.803,35
1202 TRATOR PARA PATRULHA AGRICOLA SICONV 034964/2016	5.542,21	0,00
4011 ATENCAO BASICA PIES FE	0,00	30.205,75
4050 FARMACIA BASICA FE	0,00	8.719,82
4090 PSF FE	0,00	12.638,04
4111 CEO/LRDP FE	22.491,11	6.397,12
4160 PIM FE	0,00	5.844,45
4190 VISA FE	0,00	1.536,24
4303 CONSTRUCAO DE UBS/PSF FE	43.935,28	40.132,26
4503 ASSISTENCIA FARMACEUTICA FF	0,00	38.781,91
4510 PAB FIXO FF	108.721,64	47.974,01
4520 ESF/BUCAL/PACS FF	20.038,45	43.982,00
4521 PMAQ	36.477,78	17.731,44
4590 LIMITE FINANCEIRO MAC AMBULATORIA E HOSPITALAR	38.324,45	50.467,67
4710 TETO FINANCEIRO VISA FF	45.007,22	23.905,76
4720 FORTALECIMENTO DA GESTAO DA VISA (VIGISUS II)	17.554,68	13.425,84
4760 PAB VISA - PISO DE ATENCAO BASICA VISA FF	21.188,63	21.368,75
4931 AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE FF	200.482,66	317.849,74
4935 CONSTRUCAO OU AMPLIACAO DE UBS FF	22.350,54	20.942,50
Total das Fontes de Recursos	18.172.819,31	17.167.878,24

Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício: 2017

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.573.908,70	1.365.494,91
Impostos		1.511.659,62	1.301.597,15
Taxas		62.249,08	63.897,76
Contribuições de Melhoria			
Contribuições		1.765.173,34	1.649.621,60
Contribuições Sociais		1.656.209,13	1.546.436,90
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			
Contribuição de Iluminação Pública		108.964,21	103.184,70
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		252.619,98	188.341,82
Vendas de Mercadorias			
Vendas de Produtos			
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		252.619,98	188.341,82
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.554.066,95	3.022.077,32
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Juros e Encargos de Mora		141.937,11	88.062,02
Variações Monetárias e Cambiais			
Descontos Financeiros Obtidos		45.387,86	44.470,88
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		2.366.741,98	2.889.544,42
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras			
Transferências e Delegações Recebidas		20.098.709,56	19.955.355,32
Transferências Intragovernamentais		0,00	
Transferências Intergovernamentais		20.098.709,56	19.954.293,94
Transferências das Instituições Privadas			
Transferências das Instituições Multigovernamentais			
Transferências de Consórcios Públicos			1.061,38
Transferências do Exterior			
Execução Orçamentária Delegada de Entes			
Transferências de Pessoas Físicas			
Outras Transferências e Delegações Recebidas			
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		1.090.087,12	0,00
Reavaliação de Ativos		195.108,48	
Ganhos com Alienação		42.000,00	
Ganhos com Incorporação de Ativos		852.978,64	
Desincorporação de Passivos			
Reversão de Redução ao Valor Recuperável			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.401.850,92	214.153,85
VPA a Classificar			
Resultado Positivo de Participações		7,43	
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		4.329.085,03	164.562,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		72.758,46	49.591,85

Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	31.736.416,57	26.395.044,82
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	9.689.937,72	9.187.790,79
Remuneração a Pessoal	9.065.170,58	8.677.450,85
Encargos Patronais	624.767,14	510.339,94
Benefícios a Pessoal		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos		
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.123.950,02	1.916.684,25
Aposentadorias e Reformas	1.170.761,15	1.020.434,86
Pensões	563.866,27	461.449,46
Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	389.322,60	434.799,93
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	6.956.353,25	6.100.852,57
Uso de Material de Consumo	2.893.066,90	2.299.593,53
Serviços	3.571.874,68	3.314.819,24
Depreciação, Amortização e Exaustão	491.411,67	486.439,80
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.654,51	2.396,83
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora	5.143,93	2.396,83
Variações Monetárias e Cambiais	510,58	
Descontos Financeiros Concedidos		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras		
Transferências e Delegações Concedidas	3.466.091,35	3.185.292,41
Transferências Intragovernamentais	0,00	
Transferências Intergovernamentais	2.949.572,22	2.856.578,28
Transferências a Instituições Privadas	271.169,14	146.664,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes	233.801,39	182.050,13
Outras Transferências e Delegações Concedidas	11.548,60	
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	2.151.336,76	160.154,38
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	2.034.832,17	152.393,38
Perdas com Alienação	42.000,00	
Perdas Involuntárias	2.432,96	7.761,00
Incorporação de Passivos		
Desincorporação de Ativos	72.071,63	

Tributárias	239.823,56	213.893,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.700,99	25,87
Contribuições	236.122,57	213.867,21
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas		
Custos dos Produtos Vendidos		
Custos dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.617.750,80	67.536,74
Premiações	9.512,33	2.000,00
Resultado Negativo de Participações		
Incentivos	18.204,06	
Subvenções Econômicas		
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões	8.590.034,41	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		65.536,74
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	33.250.897,97	20.834.601,05
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)	-1.514.481,40	5.560.443,77

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2017

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		21.816.476,42	23.131.450,42
Receitas Derivadas e Originárias		5.046.361,17	6.962.848,99
Transferências Correntes Recebidas		16.770.115,25	16.168.601,43
Desembolsos		19.619.102,25	18.953.355,49
Pessoal e Demais Despesas		19.249.734,63	17.069.198,60
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00
Transferências Concedidas		367.411,42	1.884.156,89
Outros Desembolsos Operacionais		1.956,20	
<i>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)</i>		2.197.374,17	4.178.094,93
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		242.180,00	0,00
Alienação de Bens		242.180,00	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimento			
Desembolsos		2.027.614,59	508.161,07
Aquisição de Ativo Não Circulante		2.027.614,59	508.161,07
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos			
<i>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)</i>		-1.785.434,59	-508.161,07
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		447.500,00	831.185,30
Operações de Crédito			
Integralização do Capital de Empresas Dependentes			
Transferências de Capital Recebidas		447.500,00	831.185,30
Outros Ingressos de Financiamento			
Desembolsos		0,00	116.124,24
Amortização/Refinanciamento da Dívida			116.124,24
Outros Desembolsos de Financiamento			
<i>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)</i>		447.500,00	715.061,06
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		859.439,58	4.384.994,92
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		17.904.151,31	13.519.156,39
Caixa e Equivalente de Caixa Final		18.763.590,89	17.904.151,31

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Exercício: 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	1.489.844,81	1.252.062,75
Receita de Contribuições	801.241,88	2.594.969,08
Receita Patrimonial	169.810,50	155.437,32
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	79.871,50	32.904,50
Remuneração das Disponibilidades	2.084.086,52	2.757.657,32
Outras Receitas Derivadas e Originárias	421.505,96	169.818,02
<i>Total das Receitas Derivadas e Originárias</i>	<i>5.046.361,17</i>	<i>6.962.848,99</i>

Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Exercício: 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais	14.258.281,71	13.782.810,30
da União	7.710.070,45	7.787.880,42
de Estados e Distrito Federal	6.548.211,26	5.994.929,88
de Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Correntes Recebidas	2.511.833,54	2.385.791,13
Total das Transferências Correntes Recebidas	16.770.115,25	16.168.601,43
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	131.541,94	23.280,00
a União		
a Estados e Distrito Federal	19.252,80	17.280,00
a Municípios	112.289,14	6.000,00
Intragovernamentais		1.706.332,89
Outras Transferências Concedidas	235.869,48	154.544,00
Total das Transferências Concedidas	367.411,42	1.884.156,89

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

Exercício: 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	1.009.490,77	873.511,46
Judiciária		
Essencial à Justiça		
Administração	2.009.766,95	1.978.092,96
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social	713.437,97	585.298,31
Previdência Social	2.165.939,45	1.962.904,09
Saúde	4.753.742,38	4.235.303,97
Trabalho		
Educação	4.747.416,32	4.199.745,54
Cultura	91.771,32	47.327,72
Direitos da Cidadania		
Urbanismo	1.370.202,55	1.143.018,98
Habituação	29.752,66	34.834,62
Saneamento	6.416,30	13.399,43
Gestão Ambiental	174,00	4.479,46
Ciência e Tecnologia		
Agricultura	610.397,52	609.514,70
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços	8.924,00	2.000,00
Comunicações		
Energia		
Transporte	1.416.308,41	1.151.094,23
Desporto e Lazer	25.741,92	1.280,39
Encargos Especiais	290.252,11	227.392,74
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	19.249.734,63	17.069.198,60

Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA - CONSOLIDADO

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

Exercício: 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
<i>Total dos Juros e Encargos da Dívida</i>	<hr/> 0,00	0,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

CONTEXTO OPERACIONAL

O Município de Independência, situado no Estado do Rio Grande do Sul é uma entidade federada da esfera municipal que agrega os Poderes Executivo e Legislativo, constituindo-se em Personalidade Jurídica de Direito Público Interno.

A Administração Direta compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto pelo Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, oito secretarias municipais, sete fundos especiais e o Poder Legislativo.

O Município não possui órgãos da Administração Indireta.

As Secretarias Municipais são:

- Secretaria de Administração;
- Secretaria da Fazenda;
- Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo;
- Secretaria Municipal de Obras e Viação;
- Secretaria de Serviços Urbanos e Trânsito;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Os Fundos Especiais são:

- Fundo de Previdência do Servidor Municipal;
- Fundo Municipal de Saúde;
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Independência;
- Fundo Municipal de Assistência Social;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

Rua Senador Pinheiro, 1348 - INDEPENDÊNCIA/RS CEP 98915-000
Fone/Fax: (55) 3539-4200 - administracao@independencia.rs.gov.br

- Fundo Municipal de Defesa Civil;
- Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

O Município de Independência participa dos seguintes consórcios públicos:

- Consórcio Público Fronteira Noroeste - COFRON;
- Consórcio Intermunicipal de Saúde Regional Missões - CISMISSÕES;

ASPECTOS GERAIS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A estrutura das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) e aos modelos atualizados pelas IPC 04 a 08 emitidas pela Secretaria do Tesouro nacional (STN).

A elaboração das demonstrações contábeis tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estendido pelo elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCERS), e segue a lógica para consolidação estabelecida pelo PCASP: as contas de natureza patrimonial intra-orçamentárias foram excluídas para fins de consolidação das demonstrações contábeis no âmbito do Município.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) e demais disposições normativas vigentes.

CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Esta consolidação das demonstrações contábeis é composta pelos órgãos da Administração Direta, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- Os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação não originaram nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade contábil;
- As demonstrações contábeis integrantes da consolidação foram levantadas na mesma data-base;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

- Foram eliminados os valores de quaisquer contas decorrentes de transações entre as entidades incluídas na consolidação, inclusive as de natureza orçamentária, exceto para o balanço orçamentário que, segundo a ICP nº 7, deve incluir as receitas e despesa intra-orçamentárias;

Não se verificou efeitos relevantes na consolidação das demonstrações contábeis em razão da não defasagem indicada.

ASPECTOS RELEVANTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário foi levantado seguindo as orientações da IPC nº 7.

Não há operações referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária e de outras dívidas.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

No Quadro Principal, são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.

Ainda no Quadro Principal, as receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, descontos, retificações, deduções para o Fundeb e repartições de receita tributária entre os entes da Federação, quando registradas como dedução.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados, são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados, são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

O detalhamento das receitas e despesas intra-orçamentárias é apresentado nos quadros seguintes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.064.503,00	2.064.503,00	548.264,36	26,56	1.935.962,64	93,77	128.540,36
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENT	2.064.503,00	2.064.503,00	548.264,36	26,56	1.935.962,64	93,77	128.540,36
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENT	2.064.503,00	2.064.503,00	548.264,36	26,56	1.935.962,64	93,77	128.540,36
RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	42.000,00	12.000,00	28,57	42.000,00	100,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	42.000,00	12.000,00	28,57	42.000,00	100,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	42.000,00	12.000,00	28,57	42.000,00	100,00	0,00
TOTAL	2.064.503,00	2.106.503,00	560.264,36	26,60	1.977.962,64	93,90	128.540,36

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e - f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e - h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS CORRENTES	1.934.503,00	1.841.863,80	412.158,29	1.812.488,88	29.374,92	412.158,29	1.812.488,88	29.374,92	1.812.488,88	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.934.503,00	1.841.863,80	412.158,29	1.812.488,88	29.374,92	412.158,29	1.812.488,88	29.374,92	1.812.488,88	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	130.000,00	177.474,00	12.000,00	165.473,76	12.000,24	12.000,00	165.473,76	12.000,24	165.473,76	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	54.000,00	12.000,00	42.000,00	12.000,00	12.000,00	42.000,00	12.000,00	42.000,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	130.000,00	123.474,00	0,00	123.473,76	0,24	0,00	123.473,76	0,24	123.473,76	0,00
TOTAL	2.064.503,00	2.019.337,80	424.158,29	1.977.962,64	41.375,16	424.158,29	1.977.962,64	41.375,16	1.977.962,64	0,00

No quadro abaixo, estão demonstrados os créditos adicionais abertos e as fontes de recursos, por entidade e total.

Órgão	Tipo de Crédito			Fonte do Recurso			
	Suplementar	Especial	Total	Superavit	Excesso de Arrecadação	Redução	Reabertura
Poder Executivo	6.532.096,61	2.760.290,02	9.292.386,63	1.945.616,36	2.153.349,69	5.193.409,49	11,09
RPPS	214.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.200,00	0,00
Poder Legislativo	119.890,00	0,00	0,00	0,00	0,00	119.890,00	0,00
Total	6.866.186,61	2.760.290,02	9.292.386,63	1.945.616,36	2.153.349,69	5.527.499,49	11,09

ASPECTOS RELEVANTES DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra-orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra-orçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

O BF é elaborado de acordo com a IPC 6 utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extra-orçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e
- Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas, estas segregadas nas principais áreas de atuação Municipal.

As receitas orçamentárias são apresentadas líquidas das deduções e excluídos os valores de operações intra-orçamentárias.

Durante o exercício de 2017 foram realizadas transferências financeiras entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, referentes ao duodécimo constitucional para custeio das despesas do Legislativo. O montante líquido transferido, de R\$ 1.020.134,04 foi registrado como variação aumentativa pela entidade que o recebeu (Poder Legislativo) e como variação diminutiva, na entidade transferidora (Poder Executivo). Porém, tais transferências foram excluídas destes demonstrativos consolidados.

Nos recebimentos e pagamentos extra-orçamentários estão registrados os ingressos e dispêndios que independem de autorização orçamentária para sua execução, e constituem-se nos recursos relativos a retenções de tributos e contribuições em virtude da responsabilidade tributária legalmente atribuída ao Município. Além disso, também são incluídos na movimentação extra-orçamentária a inscrição de restos a pagar como forma de compensação pela consideração da despesa orçamentária empenhada como dispêndio.

As operações extra-orçamentárias estão detalhadas no seguinte quadro:

Operação	Ingresso (R\$)	Dispêndio (R\$)	Saldo (R\$)
Contribuição do servidor ao FPSM	692.277,67	692.277,67	0,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

Contribuição retidas em favor do INSS	294.946,07	294.946,07	0,00
Pensões alimentícias	41.269,67	41.269,67	0,00
Retenções em favor de entidades representativas de classes	50.665,78	50.665,78	0,00
Retenções de empréstimos e financiamentos	954.824,05	954.824,05	0,00
IRRF a recolher à SRF	9.650,26	9.650,26	0,00
Depósitos Não Judiciais	297.368,49	297.368,49	0,00
Outras operações	3.519,40	3.519,40	0,00
Total	2.344.521,39	2.344.521,39	0,00

Durante o ano de 2017, a redução a valor recuperável dos investimentos do RPPS foram registradas por meio de dedução da receita orçamentária vinculada a uma VPD.

ASPECTOS RELEVANTES DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é elaborada seguindo as orientações da IPC 5, utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente tendo sido excluídas as variações intra-orçamentárias.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A valorização dos investimentos do RPPS ocorrida em 2017 teve como contrapartida VPA e foram registradas como receita orçamentária. As desvalorizações foram registradas como dedução da receita orçamentária e contabilmente como VPD.

A linha Transferências a Instituições Privadas registra os valores repassados a entidades através de instrumento de Termo de Fomento, sendo o valor mais relevante de R\$ 271.169,14 o repassado à APAE de Independência para manutenção da Escola de Educação Especial Sonho Meu.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

ASPECTOS RELEVANTES DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é objeto da IPC 4 sendo composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação; e
- Quadro do Superavit / Deficit Financeiro.

Conforme o MCASP, o QUADRO PRINCIPAL do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP, observando-se que segundo a lógica do PCASP, os saldos das contas intragovernamentais são excluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente.

No QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES, os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.

Do passivo financeiro foram incluídos os restos a pagar não processados, que embora não se constituam em um passivo, oneram o superavit financeiro do exercício.

O QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO é elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de forma que os valores dos atos potenciais já executados não são considerados, agregando-se apenas os atos potenciais do ativo e do passivo a executar.

O QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte/Destinação de Recurso.

O Passivo Financeiro foi ajustado ao exato valor dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, únicos componentes do Passivo Financeiro.

Podem ser apresentadas algumas fontes com deficit e outras com superavit financeiro, de modo que o total seja igual ao superavit / deficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro ajustado pelos restos a pagar não processados.

O ativo imobilizado consta no quadro principal por seu valor líquido contábil, ou seja, já deduzida a depreciação. O detalhamento do ativo imobilizado é mostrado a seguir:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

Ativo Imobilizado	Valor Bruto	Depreciação	Valor Líquido
BENS MOVEIS	8.271.585,78	2.263.477,49	6.008.108,29
BENS IMÓVEIS	9.587.952,95	434.250,37	9.153.702,58
Total	17.859.538,73	2.697.727,86	15.161.810,87

As disponibilidades do RPPS estão registradas na conta de Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo.

As variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente correspondem às despesas orçamentárias que são pagas antes de ocorrer a competência para apropriação da variação patrimonial, tais como seguros, assinatura de periódicos, inscrições em cursos pagas antecipadamente.

O Setor de Patrimônio não tomba bens cujo valor de avaliação não alcance 100 URM (R\$ 301,00), mesmo que tais bens sejam registrados no imobilizado. Segundo a legislação local, tais bens são controlados em contas de controle, além de estarem registrados no imobilizado.

ASPECTOS RELEVANTES DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada no modelo sintético conforme IPC 8, apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções. Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extra-orçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A DFC é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

Os fluxos de caixa são obtidos considerando-se as contas intra-orçamentárias conforme orienta a IPC 8.

A soma dos três fluxos deverá corresponder a diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Disponibilidades

As disponibilidades são registradas nas contas de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em Contas Movimento, Aplicações Financeiras e Poupança. Exceção aos investimentos do RPPS, classificados como investimentos temporários de curto prazo.

Classificação	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Conta Movimento	452.979,04	21.446,21
Poupança	580.889,04	157.182,22
Fundo de Investimentos	1.828.095,81	1.287.080,32
Investimentos do RPPS	15.041.465,15	17.296.059,87
Depósitos Judiciais e Extra-Judiciais	722,27	1.822,27
Total	17.904.151,31	18.763.590,89

Créditos a Receber de Tributos

No início do exercício, houve o lançamento do IPTU de 2017 a receber segundo as informações do Setor de Tributação, apropriando-se na ocasião a VPA. Com a arrecadação no decorrer do ano, em contrapartida à conta de disponibilidade na qual a arrecadação ingressou, creditou-se o crédito a receber.

O ISS fixo é registrado quando da arrecadação mediante VPA visto que a informação sobre o lançamento não é fornecida à Contabilidade.

Dívida Ativa

Os créditos referentes à dívida ativa são inicialmente registrados como dívida ativa de longo prazo, tendo em vista que o inadimplemento torna incerto o prazo para realização do crédito.

A estimativa do montante de créditos inscritos em dívida ativa com expectativa de recebimento em até 12 meses da data das demonstrações contábeis, parcela reclassificada para o curto prazo, é feita de acordo com o valor previsto na Lei Orçamentária Anual para o Exercício seguinte que é apurado considerando a arrecadação média anual dos últimos três anos.

A atualização da dívida ativa, quando feita, engloba a correção monetária e encargos de mora, sendo que no ano de 2017 houve o registro mensal conforme informação recebida do setor competente.

O ajuste para perdas da dívida ativa foi feito com base na divisão entre o valor recebido médio dos últimos três anos pelo saldo final médio da dívida a receber, também dos últimos três anos, segregando-se a dívida tributária da não tributária. Desta forma, 97,01% da dívida não tributária não é recebida; 88,46% da dívida das taxas tributárias; 98,76% da dívida ativa do ISS não é recebida; e 58,22% da dívida ativa do IPTU não é recebida.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

Estoques

Não há controle de estoques sistematizado no âmbito do município, sendo que ao final do ano foi realizada por comissões setoriais a contagem e avaliação dos estoques, realizando-se ajustes nos registros contábeis de acordo com as informações das comissões ao setor contábil. O valor dos ajustes feitos foi de R\$ 27.417,35.

Parcelas de Termos de Fomento a apropriar

Ao final de 2017 restaram parcelas de convênios a apropriar, as quais somam R\$ 28.177,20, sendo que R\$ 27.000,00 são referentes ao convênio com APAE de Independência pendente de prestação de contas no encerramento de 2017 e R\$ 1.177,20 relativos a parcela de convênio com a FUNCAP de Três de Maio impugnada e sem despacho decisório do Prefeito na época.

Títulos executivos do TCE RS

O município possui três títulos executivos do TCE/RS conforme tabela abaixo:

Devedor	Saldo Inicial	Saldo Final
NILSON DAL FORNO	164.681,01	182.910,04
JOA EDECIO GRAEF	61.212,30	0,00
Total	225.893,31	182.910,04

Apenas o título executivo contra JOÃO EDÉCIO GRAEF não está registrado em dívida ativa e foi quitado em 2017. A quitação ocorreu no valor líquido de R\$ 49.478,32 tendo sido descontado o valor de R\$ 15.833,06 correspondente a 100% da multa e juros de mora amparado na Lei Municipal nº 2.700, de 21/02/2017.

O Título Executivo contra Nilson Dal Forno encontra-se em discussão judicial.

Outros investimentos e participações

O município possui ações em algumas companhias conforme tabela abaixo:

Ação	Cotas	Saldo inicial	Saldo final
AÇÕES PREFERENCIAIS OIBR4	46,04	89,78	103,32
AÇÕES ORDINÁRIAS EEEL3	2.855,087	1.713,05	1.713,05
AÇÕES PREFERENCIAIS EEEL4	4.465,648	4.197,71	4.197,71
Total		6.000,54	6.014,08

As ações não foram avaliadas no encerramento do exercício visto que não cabe avaliação pelo método de equivalência patrimonial por não se tratar de participação relevante.

Além disso, o município possui participação como cooperado na CERTHIL DESENVOLVIMENTO no valor de R\$ 457,44 e na CERTHIL DISTRIBUIÇÃO no valor de R\$ 979,03.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

O município também participa como consorciado dos consórcios COFRON e CIGRES, nos montantes de R\$ 127.028,94 e 0,00, sendo que este último a baixa ocorreu em 26/12/2016 porém registrada em 2017 quando conhecida pelo Serviço de Contabilidade.

Durante o ano, o valor registrado em participações nos consórcios é atualizado pelo valor transferido mediante contrato de rateio. Deveria ser realizada no encerramento do ano a avaliação por equivalência patrimonial, porém isso não é feito por não haver acesso às informações necessárias por parte do Setor de Contabilidade.

Depreciação, amortização e exaustão

Desde 1º de janeiro de 2011 é registrada a depreciação dos bens móveis e imóveis incorporados a partir daquela data e dos reavaliados a partir daquela mesma data.

Segundo normas municipais, os bens incorporados anteriormente e ainda não reavaliados não são depreciados.

A tabela de depreciação utilizada é a seguinte:

Especificação	Vida útil (em anos)
MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10
BENS DE INFORMATICA	5
MOVEIS E UTENSILIOS	10
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICACAO	10
VEICULOS	5
DEMAIS BENS MOVEIS	10
BENS IMÓVEIS	25
INSTALAÇÕES	10

Apropriação de VPD de pessoal

As VPD de pessoal, especificamente adicional constitucional de férias e 13º salário e seus encargos, são apropriadas por competência, tendo por base os valores apurados por rotina específica do sistema informatizado de folha de pagamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

Não há apropriação de VPD por competência relativa ao prêmio-assiduidade em virtude de que o sistema informatizado do setor de pessoal não possui dados para controle do direito ao benefício.

Compromissos a pagar sem respaldo orçamentário e sem empenho prévio

Durante 2017 não foram identificados compromissos a pagar sem respaldo orçamentário, porém foram identificadas despesas sem empenho prévio no montante de R\$ 20.670,69.

O critério para definir se determinado fato é compromisso a pagar sem respaldo orçamentário ou somente despesa sem empenho prévio é a inexistência de dotação adequada e suficiente na data do fato.

Parcelamento de dívida com o RPPS

No encerramento de 2017, o Poder Executivo possuía parcelamento de dívida para com seu RPPS no valor total de R\$ 2.260.134,91, sendo que R\$ 129.647,00 são de curto prazo (na data das demonstrações contábeis).

Segundo a legislação do parcelamento, o seu saldo devedor é atualizado na mesma data e índice da atualização da remuneração dos servidores municipais.

O pagamento é feito na base de 25,07 padrões de vencimento a cada mês.

A segregação entre circulante e não circulante foi feita com base no valor estimado a ser pago no ano de 2018 e teve por base o pagamento mensal de 25,07 padrões de referência, por mês.

Nas demonstrações consolidadas o ativo e passivo representante desta operação são excluídos dos demonstrativos.

Provisões matemáticas previdenciárias

Em 2017 houve avaliação atuarial com base nos dados de 2016, chegando-se a uma provisão matemática previdenciária de R\$ 15.041.465,16.

O valor total do passivo atuarial calculado na data base de 31/12/2016 resultou em R\$ 41.111.528,83. Este valor representa a obrigação do sistema previdenciário perante seus segurados na data base da avaliação. Deste passivo atuarial R\$ 25.353.700,76 são relativos às provisões matemáticas destinadas aos Benefícios à conceder e o restante, R\$ 15.757.828,07, destinados aos benefícios concedidos. Estes valores são apurados através da técnica prospectiva, onde valores atuais de benefícios futuros são descontados dos valores atuais das contribuições futuras. Lembramos que estes passivos são sensíveis as variações das premissas atuariais adotadas e da qualidade da base de dados.

As seguintes variáveis foram consideradas pelo atuário:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

financeiras	Meta Atuarial	biométricas	Tábua de mortalidade de válido (morte)
	6,00% a.a		at-2000 M
	Crescimento Salarial		Tábua de mortalidade de válido (sobrevivência)
	1,00%		IBGE 2014
	Crescimento dos Benefícios		Tábua de mortalidade de inválido
	0,00%		IBGE 2014
			Tábua de entrada em invalidez
			ALVARO VINDAS

Precatórios

Não houve precatórios a serem pagos.

Patrimônio Líquido

As contas de ajustes de avaliação patrimonial não registraram movimentação.

Já as contas de ajustes de exercícios anteriores tiveram movimentação, sendo as mais relevantes:

- Crédito de R\$ 626.115,92 em virtude de mudança de critério contábil da apropriação por competência de férias, que passou a registrar apenas o 1/3 constitucional sobre as férias vencidas;
- Crédito de R\$ 20.000,00 referente a imóvel desapropriado de Adelina Dreyer Ambros em 2012, patrimônio nº 3629 cuja posse definitiva foi concedida ao município em 2017, cujo pagamento fora feito em 2012 NE3051/2012;
- Débitos de R\$ 48.924,24 referente a liquidação de empenhos de despesas de exercícios anteriores.

Controles devedores e credores



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

Durante o ano de 2017 a integração entre os sistemas contábil e de gestão de contratos e convênios possibilitou o registro automatizado dos contratos nas contas de controle. Contudo, não foi possível conciliar os saldos anteriores. O controle abrange apenas os contratos onde o Município figura como polo passivo (pagador) e os convênios onde o município repassa recursos.

As contas de controle apresentam controle de adiantamentos concedidos a servidores, das disponibilidades por fonte de recursos e de responsabilidades de terceiros.

O registro de responsáveis em apuração considera apenas aquelas situações que foram objeto de sindicância para serem registradas, visto que o registro trata de “responsáveis em apuração” e “responsáveis apurados”, o que somente ocorre mediante sindicância.

O único registro feito em exceção é na ocorrência de despesa sem empenho prévio ou sem respaldo orçamentário.

A sistemática “em liquidação” é utilizada para bens do imobilizado, registrados em liquidação entre o período do recebimento do bem ou documento fiscal até o efetivo tombamento e conclusão da liquidação.

Cabe ressaltar que os Créditos Empenhados a Liquidar não são reconhecidos no quadro principal do balanço patrimonial, mas compõem o passivo financeiro, de acordo com o §3º do art. 105 da Lei n. 4.320/1964. Logo, no cálculo do passivo financeiro o valor dos créditos empenhados a liquidar deve ser somado ao saldo dos passivos patrimoniais com atributo (F). Deste modo, para apresentar os ativos e passivos financeiros em sua totalidade, o Balanço Patrimonial é acompanhado por um quadro específico com esta visão conforme conceitos apresentados na Lei nº 4.320/1964.

Responsáveis em apuração e responsáveis apurados

A escrituração das responsabilidades em apuração e dos responsáveis apurados passou a ser feita por responsável e por processo de sindicância.

Ajustes e correções de erros

Durante o ano de 2017 foram realizados ajustes e correções de erros, sendo os mais relevantes:

- R\$ 27.417,35 relativo a bens em estoque não contabilizados, conforme informações da Secretaria de Educação;
- R\$ 21.880,00 referentes ao controle de parcelas a apropriar de convênio com APAE;
- R\$ 23.488,00 relativos a saldo de empenhos de diárias do Executivo que o sistema lançou a baixa erroneamente na entidade da Câmara;
- R\$ 5.100,00 referente a prestação de contas do Termo de Fomento nº 002/2017 com o CTG SENTINELA DO RIO GRANDE, referente à parcela 1;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

- R\$ 11.011,48 relativos estorno de lançamento de ajuste nos encargos da dívida ativa de ISS de competência de maio de 2017 porque houve erro no relatório de movimentação da dívida ativa;
- R\$ 626.115,92 em virtude de a juste do saldo das férias a pagar por mudança de critério contábil, passando a registrar apenas o 1/3 de férias e seus encargos sobre os períodos aquisitivos já vencidos;
- R\$ 246.213,00 referentes a compatibilização do saldo de convenios a comprovar considerando apenas as parcelas 10 e 11 do Convênio nº01/17 com APAE;
- R\$ 53.395,03 no controle de saldos de contratos de rateio com consórcios públicos; e
- R\$ 97.956,14 nos controles de convênios referentes a lançamentos duplicados feitos pelo sistema de controle de convênios.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP)

A Portaria STN nº 548/2015 estabeleceu prazos para a implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais constantes no MCASP, sendo que o Município de Independência se enquadra nos prazos para municípios com população inferior a 50.000 habitantes.

Os prazos e o andamento de cada procedimento estão expressos na tabela abaixo:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

Procedimento	Prazo	Estágio da Implantação
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do RPPS	2016	Implementado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados	2019	Implementado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	2015	Implementado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2019	Implementado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias	2021	Implementado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2021	Implementado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência	2016	Parcialmente implementado. Não implementado para fornecedores de serviços públicos (água, luz, telefone, etc) e contratos com pagamento fixo ou variável e periódico
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de bens móveis e imóveis, respectiva depreciação, amortização e exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	2021	Implementado parcialmente. A reavaliação e redução a valor recuperável ainda não está concluída.
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2021	Implementado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	2021	Implementado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CNPJ: 87.612.826/0001-90

<i>Procedimento</i>	<i>Prazo</i>	<i>Estágio da Implantação</i>
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas	2022	Implementado parcialmente. Apenas o IPTU está sendo registrado por competência.
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas	2022	Não implementado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de software, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável	2022	Implementado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de estoques	2023	Não implementado Existe registro de estoques, porém não confiável.
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução a valor recuperável	2024	Não implementado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural, respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução a valor recuperável	2024	Não implementado